PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

(Da Sra. Adriana Ventura - NOVO/SP)

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para limitar o uso abusivo de sigilo de informações de interesse público.

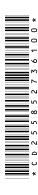
O Congresso Nacional decreta:

- **Art. 1º** Esta Lei limita o uso abusivo de sigilo de informações de interesse público, mediante alteração na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.
- **Art. 2º** A Lei n° 12.527, de 2011, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.	23	 	 	 	 	

- VII pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares, desde que devidamente comprovado o risco imediato à integridade física ou operacional e limitado à duração desse risco; ou
 - § 1º Não podem ser classificadas como sigilosas as informações sobre:
- I gastos públicos, presentes, viagens, diárias, custos de hospedagem, reuniões e atividades relacionadas a eventos oficiais, exceto quando houver risco imediato e comprovado à segurança nacional, devendo a classificação ser justificada tecnicamente e revista a cada seis meses pelos órgãos de controle interno e externo;
- II situação patrimonial, participações societárias, atividades econômicas ou profissionais de Ministros de Estado, Secretários e dirigentes de autarquias, de agências reguladoras, de órgãos de controle, de fundações públicas, de empresas públicas, de sociedades de economia mista e de autoridades com as mesmas prerrogativas, incluindo a indicação sobre a existência de cônjuge, companheiro ou parente, por consanguinidade ou afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses.
 - § 2º Informações classificadas como sigilosas que envolvam ivestigações ou auditorias sobre potencial conflito de interesse deverão ser





publicadas após o encerramento do processo investigativo, independentemente de sua conclusão.

- § 3º A sociedade civil poderá contestar a classificação de informações sigilosas por meio de recurso administrativo aos órgãos de controle interno e externo, ou por via judicial.
- § 4º As informações de que trata o § 1º não serão consideradas de natureza pessoal para efeito do art. 31 desta Lei.
- § 5º A classificação de informações como reservadas, sigilosas ou ultrassecretas deve ser acompanhada de justificativa pública, fundamentada em parecer técnico de segurança nacional ou de interesse público, passível de revisão anual.
- § 6º A revisão das informações sigilosas será realizada por um comitê misto formado por órgãos de controle interno e externo, com participação de membros da sociedade civil indicados por entidades de transparência e combate à corrupção." (NR)
 - Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta legislativa visa corrigir distorções e brechas observadas no uso da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação), que, em alguns casos, tem sido utilizada para impor sigilo de informações de interesse público de maneira indevida. Embora o sigilo seja uma ferramenta legítima em situações de segurança nacional ou de risco à sociedade, ele não pode ser manipulado para encobrir atos de autoridades ou omitir informações que envolvam o uso de recursos públicos. A publicidade é a regra, o sigilo é a exceção da exceção.

A crescente utilização da classificação de informações como sigilosas em contextos que não envolvem ameaças à integridade nacional demonstra a necessidade de estabelecer critérios mais rigorosos e específicos para a sua aplicação. Como exemplo, têm sido reportados casos em que gastos com viagens, presentes, diárias e atividades de autoridades públicas foram colocados sob sigilo, sem justificativa clara de que tais informações representassem riscos à segurança do Estado. Situações como essas minam o princípio constitucional da transparência, que é fundamental para o controle social e a boa governança.

Diante disso, o projeto propõe alterações ao art. 23 da Lei de Acesso à Informação, com o objetivo de limitar a abrangência do sigilo e garantir que ele seja aplicado apenas em situações devidamente comprovadas. O texto inclui novas disposições, destacando que:

1) Gastos públicos e atividades oficiais: as informações sobre gastos com eventos oficiais, viagens, presentes, e outros itens relacionados à administração pública não poderão ser classificadas como sigilosas, exceto quando houver risco imediato e comprovado à segurança nacional, devidamente justificado. Além disso, propõe-se que essa classificação seja revisada a cada 6 (seis) meses, tanto pelos órgãos de controle interno quanto externo, para garantir a temporariedade e a pertinência do sigilo;





- 3) Revisão e fiscalização do sigilo: propõe-se a criação de um mecanismo pelo qual a sociedade civil possa contestar a classificação de sigilo, seja por via administrativa ou judicial. Isso reforça o controle social e a fiscalização por entidades de transparência, evitando o uso indevido dessa prerrogativa.
- 4) Participação da sociedade no processo de revisão: o texto sugere que a revisão periódica da classificação de informações como sigilosas seja feita por um comitê misto, incluindo membros da sociedade civil indicados por entidades voltadas ao combate à corrupção e à promoção da transparência. Dessa forma, busca-se impedir que o sigilo seja decidido exclusivamente por órgãos governamentais, promovendo maior controle democrático.

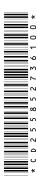
Com essas alterações, o projeto de lei objetiva assegurar que o sigilo seja utilizado de forma excepcional, resguardando apenas as informações que realmente representem risco à segurança nacional ou à sociedade. A transparência é um valor fundamental no Estado Democrático de Direito, e a boa gestão pública depende da capacidade de o cidadão ter acesso a informações essenciais para exercer seu papel de controle social.

Assim, peço o apoio dos Nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, que reforça a integridade da administração pública e a confiança da sociedade no processo democrático.

Sala das Sessões, de de 2025

Deputada ADRIANA VENTURA
(NOVO / SP)





Projeto de Lei (Da Sra. Adriana Ventura)

Altera a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para limitar o uso abusivo de sigilo de informações de interesse público.

Assinaram eletronicamente o documento CD255852736100, nesta ordem:

- 1 Dep. Adriana Ventura (NOVO/SP)
- 2 Dep. Ricardo Salles (NOVO/SP)

